



# Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa  
da 12ª Legislatura

ANO XLIV

RIO BRANCO - AC, 8 DE MAIO DE 2007

N.º 3606

## MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES  
Presidente

JUAREZ LEITÃO  
1º Secretário

ELSON SANTIAGO  
2º Secretário

HELDER PAIVA  
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES  
2ª Vice- Presidenta

WALTER PRADO  
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA  
4º Secretário

### GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

BPR - Moisés Diniz

PP - Maria Antonia

PSB - Delorgem Campos

DEM - Nogueira Lima

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PDT - Luiz Calixto

PTN - Zé Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

LIDER DO GOVERNO - Francisco Cartaxo

### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Chigo Viga, Francisco Cartaxo,  
Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh  
Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo  
Lima.

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,  
Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Élson Santiago.

PDT - Luiz Calixto.

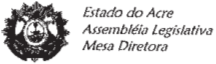
PP - Maria Antonia.

PTN - Zé Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

DEM - Nogueira Lima

**ATOS DA MESA DIRETORA**



**RESOLUÇÃO N. 104-A/2007**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a letra "c", do item II, do Art. 12, do Regimento Interno desta Casa.

**RESOLVE:**

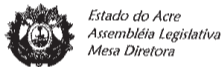
Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, o servidor **Solôndas Nascimento Maia**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD.PL-NB-401, Ref. 12, do cargo em comissão de Secretário Executivo, da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes desta Resolução cessarão a partir de 1º de abril de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 18 de abril de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** 1º Secretário  
Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** Presidente  
Deputado **ELSON SANTIAGO** 2º Secretário



**RESOLUÇÃO N. 109/2007**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 29 e 30 de abril de 2007, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 4 de maio de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** 1º Secretário  
Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** Presidente  
Deputado **ELSON SANTIAGO** 2º Secretário

**RESOLUÇÃO N. 110/2007**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a Deputada **Antonia Sales**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB para, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 10 e 11 de maio de 2007, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 4 de maio de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** 1º Secretário  
Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** Presidente  
Deputado **ELSON SANTIAGO** 2º Secretário



**RESOLUÇÃO N. 111/2007**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Gilberto Diniz**, integrante do Partido Trabalhista do Brasil -PT do B, para, na cidade de Belo Horizonte - MG, nos dias 6 e 7 de maio de 2007, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 4 de maio de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** 1º Secretário  
Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** Presidente  
Deputado **ELSON SANTIAGO** 2º Secretário



**RESOLUÇÃO N. 112/2007**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Rosana Maria Cruz Cavalcante**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NB-401, Ref. 13, **Evelena da Costa Cardoso**, Consultor Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NS-101, Ref. 13, **Abel Feitosa da Silva**, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NB-401, Re. 16 e **Pedro Gomes da Silva**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 17, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para, na cidade de Sena Madureira-AC, no dia 5 maio de 2007, dar suporte técnico à Audiência Pública promovida pela Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, presidida pelo Deputado **Gilberto Diniz**.

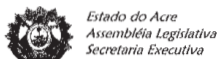
Art. 2º Fica atribuído o equivalente a 1/2 diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 4 de maio de 2007.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** 1º Secretário  
Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** Presidente  
Deputado **ELSON SANTIAGO** 2º Secretário

## ATOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO



PORTARIA N. 219/2007

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO ACRE, no uso de suas  
atribuições legais etc.,

### RESOLVE:

CONCEDER trinta dias de Férias regulamentares aos servidores a seguir relacionados, a partir de 2.5.2007 a 31.5.2007.

### NOMES

### PERÍODO AQUISITIVO

Amélia Resende Machado Velozo	2/5/06 a 2/5/07
Éder Valente da Costa	16/3/06 a 16/3/07
Francisco Rodrigues da Silva	1º/4/05 a 1º/4/06
Feliciano Borges de Paiva Júnior	1º/4/06 a 1º/4/07
Jocicleide de Oliveira Pereira	1º/4/06 a 1º/4/07
Jucineide Moreira dos Santos	1º/4/06 a 1º/4/07
Juarez Moura de Souza	7/2/06 a 7/2/07
Laura Santiago Barcellos	13/6/05 a 13/6/06
Maria da Guia Medeiros de Araújo	1º/4/06 a 1º/4/07
Maria das Graças Magalhães do Nascimento	1º/3/06 a 1º/3/07
Maria do Socorro Menezes Diogo	3/4/06 a 3/4/07
Maria Edna Braga Rola	1º/6/04 a 1º/6/05
Maria José Silva de Sena	1º/5/05 a 1º/5/06
Maria Severiano Bibiano de Moura	16/3/06 a 16/3/07
Mariene da Silva Souza Braga	1º/5/04 a 1º/5/05
Mariusia de Carvalho	1º/2/06 a 1º/2/07
Oriando de Carvalho	1º/3/06 a 1º/3/07
Rachel Helena Mesquita de Farias	1º/5/04 a 1º/5/05
Sebastião Benício da Silva	1º/4/06 a 1º/4/07

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 7 de maio de 2007.

MARIA FERNANDA MONTENEGRO ARAGÃO  
Secretária Executiva

## 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 3 de maio de 2007

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado JUAREZ LEITÃO

**PRESENTES:** Deputados CHICO VIGA, JUAREZ LEITÃO, MAZINHO SERAFIM, NALUH GOUVEIA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, HELDER PAIVA, do **BPR**; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; DELORGE CAMPOS, WALTER PRADO, do **PSB**; ELSON SANTIAGO, JOSÉ LUÍS, do **PMN**; NOGUEIRA LIMA, do **DEM**; IDALINA ONOFRE, do **PPS**; LUIZ CALIXTO, do **PDT**; GILBERTO DINIZ, do **PT do B**.

**AUSENTES:** Deputados FRANCISCO CARTAXO, PERPÉTTUA DE SÁ, TAUMATURGO LIMA, do **PT**; DONALD FERNANDES, LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; MARIA ANTONIA, do **PP**; ZÉ CARLOS, do **PTN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

## EXPEDIENTE

**Projeto de Lei n. 12/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, “que Institui o tombamento do Território Livre do Casarão, perpetuidade memorial a história do povo do Acre e dá outras providências”.

**Mensagem n. 95/2007**, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Arnóbio Marques de Almeida Júnior, encaminhando o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União – Tribunal de Contas da União – TCU”;

**Mensagem n. 96/2007**, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Arnóbio Marques de Almeida Júnior, encaminhando o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre”;

**Mensagem n. 97/2007**, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Arnóbio Marques de Almeida Júnior, encaminhando o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento para Projetos de Habitação de Interesse Social com a Caixa Econômica Federal – CEF e oferecer garantias”;

**Memorando** do Deputado Luiz Gonzaga, comunicando que estaria ausente do País no período de 03 a 08 de maio do corrente ano;

**Ofício/Unale/053/Abril/2007**, encaminhando cópia da Resolução n. 001/2007, datada de 13 de abril do corrente, que trata da contribuição individual de cada Assembléia para a realização da “XI Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais” da Unale;

**Ofício n. 05/2007**, do Deputado Estadual Gilberto Diniz comunicando que estaria participando do 24º Congresso de Municípios, em Belo Horizonte, nos dias 07, 08 e 09;

**TCE-AC/GP/OF/N. 349/2007**, do Conselheiro José Eugênio Leão Braga, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre, encaminhando publicação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX;

**Ofício n. 02/07-APASAMA**, do Senhor Damião Nunes da Costa, Presidente da Associação de Pacientes e Amigos de Saúde Mental do Acre – APASAMA, solicitando apoio em favor da promoção do acesso à cidadania das pessoas sofredoras de transtorno mental e seus familiares, rompendo as barreiras de preconceito e da segregação social a que estão submetidas.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Em nome dos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, queremos registrar o dia do taquígrafo e dizer que estamos fazendo um esforço para, em poucos dias, fazermos o anúncio da melhoria do ambiente de trabalho dessa equipe. E iniciaremos a informatização da Casa pela nossa taquigrafia.

Feliz dia do taquígrafo. Queremos registrar a presença da Profª Celene Lourenço de Cruzeiro do Sul, que foi também a primeira Presidenta da Associação dos Professores do Acre, ASPAC. Seja bem-vinda a nossa Casa.

## PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero, primeiramente, parabenizar todos os taquígrafos, pelo seu dia. Eu vou colocar só reticências para vocês não escreverem muito.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar os nobres Pares desta Casa, a participarem de uma audiência pública que a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação estará realizando, neste sábado, dia 5, às 9 horas, no auditório da Escola Dom Júlio Mattioli, em Sena Madureira. Esta audiência pública tratará do Programa Luz Para Todos. Ali estaremos atendendo as comunidades de Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa, pessoas de vários ramais, ribeirinhos, comunidade do Alto Iaco, Alto Purus, Alto Macuã e Alto Caeté, onde estaremos discutindo a questão da energia alternativa, em locais onde a energia convencional não está chegando.

Essa audiência é de grande agrado para população de Sena Madureira, porque já tinha sido colocado esse assunto em pauta na comunidade madureirense, através do Presidente de Associação e lideranças comunitárias.

Na estrada Mário Lobão o Programa Luz Para Todos atinge cerca de 150Km. Devido um forte vendaval, o serviço ficou inutilizado, impedindo que o Programa Luz Para todos atendesse toda aquela comunidade. Vamos debater para evitarmos os gatos existentes naquelas comunidades, que está prejudicando a condutividade da luz elétrica.

Quero também convidar todos os Deputados para, em Sena Madureira, neste final de semana, participarem além dessa audiência pública, de uma grande final do esporte madureirense. Será um espetáculo muito bonito. O time do nosso companheiro Mazinho Serafim jogará contra o time do Prefeito Nilson Areal. O estádio fica lotado.

Quero agradecer a Presidência e dizer que voltaremos logo mais no Grande Expediente.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Obrigado Deputado Gilberto Diniz. Esta Presidência gostaria de comunicar aos Senhores Deputados e as nossas Deputadas que hoje é o aniversário do Deputado Gilberto Diniz e ele está convidando a todos para um jantar na sua residência, a partir das 8 horas, só que em Sena Madureira.

Deputado **MAZINHO SERAFIM** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Imprensa, companheiros no Salão do Povo, meu bom dia. Companheiro Deputado Gilberto Diniz, o Senhor foi muito feliz em levar a Sena Madureira, para uma discussão, as responsáveis pelo Programa Luz Para Todos. Quero dizer a V. Exa. que estarei naquele município, no sábado, para discutirmos juntos, porque quando se trata de Sena Madureira, temos um carinho muito especial.

Mas, Senhor Presidente, eu quero, primeiramente, dar os meus parabéns ao Deputado Gilberto Diniz, que está fazendo aniversário hoje. Que Deus lhe dê muita saúde, paz e sabedoria, para que possa continuar nessa caminhada política e com os muitos amigos que tem.

Meus amigos, eu estou aqui hoje para falar um pouco da minha cidade, principalmente, das festas que começarão no mês de maio, com o famoso arraial da igreja católica, realizado pelo nosso Padre Paolino, que sua voz inconfundível diz: “Mais uma linda galinha”. Então convidamos a todas as pessoas a participarem das festividades em Sena Madureira.

Gostaria de falar também de uma coisa que mexe muito com as pessoas, que é o futebol. E, lá em Sena Madureira, tem um campeonato municipal, onde há uma rivalidade sadia, e que, desde o ano passado, vem trazendo muitas emoções aos torcedores. No final do campeonato um time, o qual ajudamos, e o outro time, nosso rival dentro de quadra, do companheiro Romariz, se enfrentaram e agora, no próximo sábado, irão para final novamente. Quero convidar a Imprensa televisionada para ir lá, se possível, filmar esse jogo que está gerando muita expectativa nos torcedores da nossa cidade. O mesmo será realizado no sábado, às 19 horas, no Ginásio Coberto de Sena Madureira. Quero convidar a todos a se fazerem presentes. E que vença o melhor time.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ LUÍS** (Líder do PMN) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria parabenizar as taquígrafas e os taquígrafos pelo seu dia, como também o nosso amigo Gilberto Diniz, pelo seu aniversário. Estarei, hoje, à noite, em Sena Madureira, para comemarmos essa data.

Senhor Presidente, o que me traz aqui nesta tribuna, hoje, foi uma visita que eu fiz, ontem, ao Banco do Brasil. Conversei com o Superintendente Ronaldo sobre a ação que o nosso gabinete, em parceria com o nosso advogado, entraram contra aquela entidade. Como agora as contas deste Poder migrarão para o BASA, quis saber a posição do Superintendente Ronaldo. Ele de pronto chamou o Jurídico do Banco do Brasil e discutimos uma forma de resolvermos a situação daqueles vinte poucos funcionários da Assembléia Legislativa, que naquela oportunidade entraram na Justiça e o processo está correndo até hoje.

Para minha felicidade a primeira proposta do Banco do Brasil foi uma redução de 40% do valor da dívida. Também conversamos sobre a possibilidade de fazermos, aqui eu quero comunicar à Mesa Diretora que usei o nome deste Poder, a migração da dívida que esses servidores têm com o Banco do Brasil para o BASA. Tenho certeza absoluta, que o desconto será bem maior, Senhor Presidente. Porque se cada funcionário for diretamente ao Banco do Brasil e discutir o valor devedor, a dívida pode cair 20%. E nessa primeira discussão que tive em relação a esses que entraram na Justiça o desconto foi de 40% e tenho certeza que pode chegar a 50%.

Então é um alerta que eu faço, inclusive, tinha marcado uma reunião para segunda-feira, mas como já tenho esse compromisso com os vereadores, poderíamos realizar esse encontro na quarta-feira junto com a Mesa Diretora. Tenho certeza absoluta, que quem vai ganhar com essa discussão são os funcionários da Assembléia Legislativa.

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, de todos os projetos que eu já apresentei aqui nesta Casa, alguns temos um carinho especial. E esse, na verdade, eu pedi ao Deputado Moisés Diniz para apresentar. Eu disse: - Moisés deixa eu apresentar este Projeto, pois ele faz parte da minha vida como riobranquense.

Quero dar as boas-vindas à Celene, companheira muito querida desde a época da “ASPAC”.

Quero parabenizar as minhas companheiras taquígrafas e taquígrafos, pelo seu dia.

Deputado Edvaldo, este Projeto eu tenho muita felicidade em apresentar, que é o pedido do tombamento do casarão. Pela primeira vez eu vou falar um pouquinho de bebida. Eu não sou muito afeita, pelo contrário, mas, dessa vez, eu vou abrir uma exceção porque o casarão faz parte da vida de muitas pessoas que inclusive estão aqui.

Passarei a ler o Projeto de Lei e sua justificativa.

#### PROJETO DE LEI N. 12/2007

**EMENTA:** “Institui o tombamento do Território Livre do Casarão, perpetuidade memorial a história do povo do Acre e dá outras providências”.

#### O Governo do Estado do Acre:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprovou e o Governo sanciona o seguinte:

**Art. 1º** O Poder Executivo, através do Departamento do Patrimônio Histórico promoverá a documentação de oficialização, de tombamento e preservação do referido Território Livre do Casarão.

**Art. 2º** O Território Livre do Casarão passa a ser patrimônio histórico da população acreana, de forma oficial e não poderá sofrer quaisquer mudanças ou alterações em suas edificações que não forem previstas em lei.

**Parágrafo Único** – O Departamento do Patrimônio Histórico realizará, em cerimônia oficial, o manifesto de louvor e descerramento em placa alusiva ao objeto de que trata este projeto.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “Milton de Matos Rocha” Rio Branco, 24 de abril de 2007.

Profª. Naluh Gouveia

Deputada Estadual do Partido dos Trabalhadores – PT

#### JUSTIFICATIVA

É uma sociedade em miniatura. Lá se encontra gente de todos os partidos e correntes ideológicas (desde os militares da CUT até os defensores da UDR) para tomar uma cervejinha gelada, ouvir uma música ao vivo e secar a moda jacaré as pessoas diferentes que aparecem. É um balcão de perdidos e achados, onde as pessoas se cruzam para expulsar a energia acumulada na monotonia do cotidiano e buscar novas aventuras. Tem que dar certo, quando se vai com todo o pique para o Casarão. É a atração do momento para os incios de noite, uma espécie de porta de entrada para o mundo em Rio Branco.

O Bar e Restaurante o Casarão funciona desde 1981, aberto inicialmente em sociedade por Pedro Vicente e Miguel Ortiz e adquirido meses depois pelo empresário Valter Halk. No início, quando estava nas mãos de Pedro Vicente e seu sócio Ortiz, ele funcionava só com serviço de bar, mas depois passou a funcionar como restaurante, introduzindo alguns ainda não conhecidos em Rio Branco. O Casarão foi a primeira casa noturna a oferecer música ao vivo na cidade, em novembro de 1981 quando Valter contratou o músico Rubão, que tocava guitarra solo no Trio-elétrico Cidade, montando no mesmo ano por ele, o Mário Sérgio, o Johnson e o Sílvio Margarido. Naquele tempo, o Casarão já começava a despertar a atenção a “intelectualidade” local, principalmente porque o Rubão era um dos poucos (senão o único) que tocava com maestria algumas músicas de Caetano Veloso, Toquinho, Gilberto Gil, Chico Buarque, Gonzaguinha e outros mitos da MPB que estavam em alta na época.

Com Rubão não deu certo, mas apareceram outros. Foi ora do mestre Elias com seu cavaquinho mágico, o Hélio Melo e seu violino, o Luiz Ivan, o conjuntinho de forró que motivou a dança na casa, o Rubens, da Escola Clave de Sol, o Ademar Galvão, Tião Natureza e muitos outros que fizeram umas horazinhas extras para defender o da cerveja na casa. O público sempre sentiu a vontade. Além do bom atendimento, no Casarão sempre aparecia muita novidade, que, em Rio Branco, continua sendo a arma do negócio. É claro que o casarão, como todos os bares e casas noturnas da cidade tiveram seus altos e baixos. Mas nenhum dos bares que entraram em crise consegui dar a volta por cima como ele nos períodos de vacas magras. Aqui não é a propaganda, é o Casarão quem evita a crise. As pessoas esquecem que ela existe ao som de uma boa música e sob efeito de uma bebida para rebater a tensão. O Casarão não anda aos trancos e

barrancos. Ele tem mantido uma trajetória mais ou menos conseqüente, e isso é muito significativo.

Nos últimos anos de funcionamento, o Casarão investiu ainda mais nos artistas locais. Depois de ter contratado os irmãos Beco e Léo, que contribuíram significativamente para aumentar ainda mais o seu público. O Casarão se tornou palco de inúmeras campanhas, exposições, propagandas diversas, reuniões de grupo de trabalho, e até de peças relâmpagos de teatro. Toda sexta-feira tinha teatro no bar, e o público se divertia a vontade com os quadros montados pelos artistas.

Para o empresário Valter Halk não tem sido difícil conviver com todas as tendências no seu estabelecimento comercial. "O Casarão é um território livre, não tem partido. Todo mundo pode se expressar a vontade, desde que não faça comércio". O Valter diz que o bom atendimento ao público e a preocupação com as inovações são os ingredientes indispensáveis para o sucesso do Casarão na época de funcionamento deste glorioso estabelecimento.

O Abraham Farhat Neto, o Lhe, era um dos poucos fregueses assíduos especializado em fazer raiva aos garçons. Ele é capaz de poupar uma mesa, fazer a despesa de umas duas águas minerais e ainda pedir cortesia de três cafezinhos. Mas os garçons serviam numa boa. Afinal, estávamos no Casarão.

O Lhé foi um dos primeiros a puxar uma dama para dançar no recinto, fazendo do bar também um clube dançante. Ele dizia que o Casarão é uma espécie de força mágica que nostalgia as pessoas. "O Casarão é o marri dos brancos". Lá as pessoas esquecem de todos os seus problemas e a alegria se contagia. O interessante é que no Casarão vão todas as espécies de gente, desde meretrizes até fazendeiros, e todo mundo se encara numa boa. O Casarão é um pouco do Valter e outro pouco do público que o freqüentava. A gente tem conseguido até ocupar melhor o seu espaço, impor algumas coisas, e isso é importante.

Através desse Projeto de Lei, estou pedindo ao Governador do Estado o tombamento do Casarão, pois ali é um lugar onde podemos voltar a freqüentar. Hoje, já com os cabelos brancos do Elson Santiago, do Edvaldo Magalhães e de outros vários companheiros da Imprensa que eu conheço, como o Delinho, os cabelos brancos do Luiz Carlos e de um monte de pessoas, o meu não, porque eu pinto, mas senão o fizesse também estaria com os cabelos brancos.

Quero pedir encarecidamente aos companheiros que aproveemos esse Projeto e que o Governador Binho sancione, para que possamos ter de novo o nosso Casarão.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, não sei por quanto tempo estarei nesta vida, mas quero viver intensamente registrando todos os momentos importantes. Este pronunciamento é para registrar, as homenagens que são feitas no dia de hoje, aos taquígrafos e taquígrafas.

E essa homenagem se baseia em alguns pontos: primeiro, porque talvez seja uma das salas que eu mais freqüente, participo dos aniversários e, durante esses oito anos, fiz algumas amizades; segundo, nos nossos debates, alguns argumentos entram por um ouvido e saem pelo outro, como se diz no dito popular, mas os nossos taquígrafos têm a obrigação de registrar e, muitas vezes, eles levam para casa as nossas discussões, que nós esquecemos na saída da Assembléia. Portanto quero dizer que tenho por eles uma profunda admiração e fico satisfeito quando o Presidente diz que alguns investimentos serão realizados para melhorar a condição de trabalho dos taquígrafos e das taquígrafas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o assunto que o Deputado José Luis trouxe aqui à tribuna, chamou-me profundamente a atenção, no que diz respeito aos juros que são cobrados pelo Banco do Brasil. Ontem, eu fiz uma visita ao Poder Judiciário, porque na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, foi fundamental a notícia trazida pelo Deputado José Luís, dizendo que, após uma Audiência, o Superintendente do Banco do Brasil está propondo um acordo para abater as dívidas dos funcionários da Assembléia, em aproximadamente 40%.

O funcionalismo público do Acre está quase falido devido às taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil nos empréstimos em consignação. É preciso que a Assembléia Legislativa faça esse debate e eu pretendo iniciá-lo. Vou apenas esperar as decisões dos Tribunais e das ações que estão tramitando, para que seja, efetivamente, mostrado à Assembléia, à população e ao funcionalismo público, o acordo feito pelo Deputado Edvaldo Magalhães, o qual teve o cuidado no processo licitatório do Poder Legislativo.

Visitei o Ministério Público e o mesmo procedimento, Deputado Edvaldo Magalhães, está sendo adotado pelo Procurador de Justiça, Dr. Monteiro, no que diz respeito às taxas de juros que são cobrados pelo Banco do Brasil.

O Banco do Brasil é o detentor de quase todos os depósitos do Estado. Hoje, a maioria dos funcionários públicos do Acre, mais de 80%, são devedores do Banco do Brasil, por conta dessas taxas exorbitantes, que no entender dos Tribunais, ferem a legislação brasileira.

Quero dizer, que após as decisões que estão sendo analisadas nos Tribunais e agora confirmadas pelo Deputado José Luís, queremos também, que todos os funcionários públicos do Acre sejam contemplados com essa redução de 40%.

Tivemos a oportunidade de provar que as taxas oferecidas por bancos oficiais, chegam a ser a metade do que é oferecido pelo Banco do Brasil. Infelizmente essas taxas e juros levavam à falência e a um estado de dificuldades a maioria absoluta dos funcionários públicos do Acre, especialmente, os que ganham menos e estão desprotegidos, por não possuírem advogados para representarem seus direitos.

Quero parabenizar o Deputado José Luís, pelo esforço que vem fazendo desde a Legislatura passada.

O Banco do Brasil recebe quase todos os depósitos do Estado, tornando-se assim um Banco público e, portanto, ele tem obrigação social e nessa condição, deve praticar taxas e juros menores, renegociar esses débitos, com o desconto de 40%, a exemplo do que já está ocorrendo, em relação aos funcionários da Assembléia Legislativa.

Quero dizer, amigos Deputados, que vamos procurar trazer esse debate para esta Casa, porque aqui é o foro correto para mostrar os acordos dos Tribunais, provando que os juros praticados nesses empréstimos são, acima de tudo, absurdos, injustos e ilegais.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Suspendemos a presente Sessão e convidamos os Senhores Deputados e Deputadas, para participarem de uma reunião, onde trataremos do Seminário de segunda-feira, com a Câmara de Vereadores e o Encontro Nacional da Unale, pois precisamos deliberar quem irá participar desse evento. (PAUSA)

## GRANDE EXPEDIENTE

(Não houve oradores inscritos).

## ORDEM DO DIA

(Não houve Matéria a ser apreciada).

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

### 28ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 8 de maio de 2007

Presidência: Deputado **EDVALDO MAGALHÃES**

Secretaria: Deputado **JUAREZ LEITÃO**

**PRESENTES:** Deputados **JUAREZ LEITÃO**, **MAZINHO SERAFIM**, **NALUH GOUVEIA**, **PERPÉTTUA DE SÁ**, **TAUMATURGO LIMA**, do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, do **BPR**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO**, do **PMDB**; **DONALD FERNANDES**, do **PSDB**; **DELORGEM CAMPOS**, **WALTER PRADO**, do **PSB**; **ELSON SANTIAGO**, **JOSÉ LUÍS**, do **PMN**; **MARIA ANTONIA**, do **PP**; **NOGUEIRA LIMA**, do **DEM**; **IDALINA ONOFRE**, do **PPS**; **LUIZ CALIXTO**, do **PDT**.

**AUSENTES:** Deputados **CHICO VIGA**, **FRANCISCO CARTAXO**, do **PT**; **MOISÉS DINIZ**, **HELDER PAIVA**, do **BPR**; **LUIZ GONZAGA**, do **PSDB**; **ZÉ CARLOS**, do **PTN**; **GILBERTO DINIZ**, do **PT do B**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

## PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, há poucos dias, o Secretário de Saúde esteve aqui na Assembléia, e, diante de muitas coisas a responder aos Deputados, falou que para Cruzeiro do Sul, devido a grande necessidade, ele já tinha conseguido seis médicos para trabalhar naquele município. No entanto, eu estava indo para Cruzeiro do Sul, e, conversando com pessoas que moram lá, fiquei sabendo que não foram contratados novos médicos para trabalhar naquele município e sim foram colocados seis médicos que já trabalham em Rio Branco para tirarem um plantão semanal, em Cruzeiro do Sul. Então, são dois médicos que vão, por semana, e mais um anestesista. E o que é mais grave é que esses médicos ganham mil reais por dia. Cada médico que vai passar uma semana lá, embolsa cinco mil reais, para prestar o atendimento.

O Secretário de Saúde faltou a verdade quando veio aqui, haja vista que ele não conseguiu médico nenhum.

Outra coisa grave é que criou-se uma panelinha nesse meio, pois o responsável pela ida desses médicos a Cruzeiro do Sul só manda seus amigos para lá. Foi feito ali uma confraria, só vão os médicos que fazem parte do grupo, o que é uma coisa grave. O médico que está trabalhando e vivendo em Cruzeiro do Sul, no final do mês, recebe menos do que a extraordinária de um desses médicos que vão para lá. Isso causa uma disparidade salarial enorme e desestimula os médicos que trabalham honestamente naquele município. E, mais, quando houve aquela greve dos médicos, eles foram punidos severamente.

O pagamento desses médicos que vão para Cruzeiro do Sul, cada semana vai um ou dois médicos, não está saindo no olerite, eu não sei de que forma estão sendo pago esses profissionais. Esse plantão de mil reais está criando problemas de diferenças salariais entre os médicos que atuam em Cruzeiro do Sul. E como já disse, só vai tirar esse plantão quem faz parte de uma panela, ou seja, quem é amigo do rei. Eu não sei quem é que está oferecendo ou pagando. Só sei que é o povo e quem paga é o Governo, só que não está saindo no olerite. Eu gostaria imensamente de saber de onde está saindo o dinheiro e a título de que estão pagando esses médicos que vão prestar serviço em Cruzeiro do Sul.

Eu não sou contra esses médicos irem para Cruzeiro do Sul, mas esse custo está caríssimo. Isso mostra que realmente o Governo perdeu o comando dos municípios a preços tão altos. E só os amigos do rei é que vão.

Estou apresentando um requerimento aqui, o qual solicito que seja encaminhado expediente ao Secretário de Segurança, Dr. Osvaldo Souza Leal Júnior, para que preste as devidas informações de como e de que forma estão sendo feitos os pagamentos dos médicos que prestam plantões extraordinários no Município de Cruzeiro do Sul. As razões são simples, eu as inumerei aqui, mas as coisas têm que ser claras. O Secretário tem que saber que ele não foi colocado naquela pasta para fazer coisas às escondidas e nem mentirosas, porque o que foi colocado aqui, é que ele conseguiu seis médicos para trabalhar em Cruzeiro do Sul e isso não é verdade.

Como é que vai se cativar médicos, se o Governo paga mil reais por dia para um médico ir ao Município de Cruzeiro do Sul. Não tem nenhum médico que queira ficar lá, ele vai brigar para ser médico aqui em Rio Branco. Cruzeiro do Sul e todo o interior continuará sem médico. Daí a briga do Governo em colocar médicos que não tem CRM, o que é realmente uma coisa ilegal.

Muito obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ontem fomos brindados com a apresentação de um hipotético planejamento estratégico do Governo do Estado para os próximos quatro anos.

Na falta de políticos para combater os problemas do momento, o Governo do PT achou por bem prometer para o futuro, mas usando aquela velha e surrada tática de que quando se promete, você evita as cobranças, as críticas e os questionamentos. Então, quem assistiu aqui aquela exposição certamente imaginou que o Acre fosse a Alemanha, ou a Inglaterra com seus investimentos, mas é preciso que o povo saiba que aquilo não passa de um protocolo de intenção caso as emendas sejam aprovadas ou não. Porque não se pode discutir o orçamento de 2007, com uma simples justificativa: Ele ainda não foi para o Congresso Nacional. Imaginem o ano de 2008, 2009 e o de 2010.

Quero falar aqui do hospital de Tarauacá, onde está faltando o

kit para fazer os exames de Hepatite. Ora se é verdade que no Acre nós temos tanto desenvolvimento, por que existem tantos desempregados? Emprego é desenvolvimento, tem uma relação direta, mas parece que o desenvolvimento dos petistas e florestanos é inversamente proporcional ao da lógica.

Deputada Perpetua de Sá, inclusive este documento foi extraído do site do Ministério do Trabalho. Por isso eu gostaria de saber onde está o desenvolvimento deste Estado, pois desde novembro de 2006, Deputado Walter Prado, há cinco meses, o Acre só produz desemprego. A construção civil está parada, não existe indústria. O comércio varejista está desempregando. Não sei sinceramente onde está este tão falado desenvolvimento que se prega nas apresentações do senhor Gilberto Siqueira.

Apenas para exemplificar Deputada Naluh Gouveia, no mês de novembro o saldo foi negativo em 311 postos de trabalho. Em dezembro foi bem pior, 934. Isso quer dizer que foram muitos os desempregados. No mês de janeiro a situação melhorou um pouquinho, mas o saldo foi negativo. Então, o balanço entre empregos gerados e desempregos efetuados foi de 319. Em fevereiro quando o Brasil começa a funcionar, nós ainda tivemos um saldo negativo de 50 postos de trabalho. Portanto, nós temos que parar com essa utopia e colocarmos as secretarias, os órgãos do Governo, para resolver os problemas presentes e os mais emergenciais do Estado.

A Sealopra, esse é o nome que o povo acreano está denominando à Secretaria de ação de longo prazo do Secretário Gilberto Siqueira, que tem o dever e a obrigação de traçar um plano estratégico, mas sem mascarar os problemas atuais, como também, sem transferi-los para 2010, pois, hoje, o que as pessoas precisam é de saúde e de trabalho. O Governo do PT já está no seu nono ano de administração, portanto já conhecemos os seus planos estratégicos e do que são capazes.

O Governo do PT muda repentinamente de orientação econômica, outro dia era o produto da floresta; agora é o petróleo, daqui a pouco é a copa do mundo, viagem para lua. Para finalizar a minha fala, eu quero cobrar do Governo ações urgentes.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) - Senhor presidente, Senhores Deputados, companheiros da Imprensa, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, eu estou na Assembléia Legislativa há oito anos e quando entrei aqui, o Governador Jorge Viana, em seu primeiro mandato, apresentou para os Deputados da Situação, e se não me engano, para alguns da Oposição, um plano de Governo elaborado para criar no nosso Estado um sistema econômico que funcionasse e que gerasse emprego e renda, para dar uma alavancada na economia do nosso Estado. Já em seu segundo mandato, ele não apresentou nada, apenas deu continuidade ao que estava fazendo, ou seja, reformando e pintando prédios, para enganar a nossa população, por isso que eu saí da Frente Popular.

Ontem, nós não tivemos tempo para debater isso, mas talvez até, o Governador Binho tenha em seu coração uma vontade imensa de colocar aquele plano para funcionar. Senhores Deputados, todos nós já conhecemos aquele plano, porque é o mesminho de 99. E só fala em florestania, em planejamento sustentável e em manejo sustentável; essas coisas maravilhosas que podem desenvolver o Estado como, por exemplo, a BR-317 até o Pacífico e a BR-364 até Cruzeiro do Sul. Há muito tempo que eu estou ouvindo esse discurso, mas eles não lembram que impediram o Orleir de construir a BR-364 até Cruzeiro do Sul. E agora, o Governador veio aqui, nos dizer que vai concluir o asfaltamento da BR-364. É complicado e já estão doendo os meus ouvidos de tanto ouvir falar sobre isso, mas nós Deputados temos a obrigação de cobrar esse plano de novo. Esse é o nosso papel. E eu estou aqui há oito anos cumprindo o meu dever que é cobrar do governo o desenvolvimento sustentável do nosso Estado.

Eu pergunto aos Deputados de Cruzeiro do Sul, de Tarauacá e de Feijó, onde foi que o Governador plantou um pé de seringueira para que se continue cortando seringa aqui no Acre? Onde foi que o governo plantou um pé de castanheira, um pé de aguano, um pé de buriti ou um pé de açai? Os Senhores não sabem, porque não foram plantados. Agora, o Governo vem dizer que temos que manter os nossos viveiros. E ainda diz que a nossa economia está baseada na madeira. Senhores, isso é brincadeira! A nossa madeira já está acabando; nós não temos mais madeira como antigamente, quando eu trabalhava em serraria, só tirávamos madeira nobre. Agora, até pau d'arco e cumarú-de-ferro estão vendendo para fora do nosso Estado. Isso está gerando renda, emprego e trabalho?

Outra coisa, eu anotei as palavras do Governador: "Nós não viemos aqui para brincar de governo, não viemos aqui para brincar de economia" Ele disse e está anotado aqui: "O Acre de oito anos para cá é o melhor lugar para se morar". Estou com 51 anos de idade, sou acreano do

pé rachado, daqui de Nova Amélia. E adoro o Acre. Eu acho que aqui é o melhor lugar para se morar, mas não é por causa do PT.

Quais as grandes obras do PT que nós temos aqui? O que temos aqui são muitas pessoas desempregadas, morando na periferia, vendendo drogas e vivendo no submundo do crime.

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Assembléia Legislativa proporcionou, segunda-feira, o Encontro dos Legisladores do Estado do Acre. Foi um evento belíssimo, talvez tenha sido uma das atuações mais bonitas que este Parlamento já realizou. Tivemos a amostra das ações que serão executados pelo Governo.

Eu não entendo como é que têm pessoas que estão sempre procurando um motivo para rebaixar uma ação tão importante como essa. A Assembléia se colocou aqui como protagonista, puxando para si todos os problemas do Estado. Graças a Deus que este Poder conseguiu trazer cento e poucos vereadores, todo o Estado esteve aqui representado, de uma ponta a outra. O Governo colocou com naturalidade o que pretende realizar. Parece que os companheiros tem medo de obras. Está previsto inclusive, mais aplicação em dinheiro do que mesmo nos dois mandatos do Governador Jorge Viana. Isso dá medo. Se eu fosse oposição teria medo mesmo.

Em nenhum Estado uma pessoa recebia setenta reais de bolsa escola. Hoje esses programas sociais se otimizaram em um só.

Como foi dito aqui, ontem, em relação a gestão, hoje, não se dá mais direito ao gestor de ser apenas honesto e sim também, precisa ter qualidades, buscando a otimização dos recursos para agilizar a máquina. Ele tem antes de tudo que olhar o todo.

Alguém já mudou o discurso de ontem para hoje. Eu nunca vi um discurso mudar tanto, acho até que é pouca fé de uma pessoa que age assim, visto que são questões relacionadas ao nosso Estado, nossa gente. Eu achei lindo uma pessoa do Município de Santa Rosa solicitar a construção de uma praça. Quero dizer que essa é a nossa função aqui, sermos interlocutores dos problemas do nosso Estado, os quais levaremos ao Governador que, com certeza, atenderá todas as reivindicações. Proponho inclusive, Deputado Edvaldo, que quando forem tabuladas as propostas, seja feito um grande ato para entregar ao Governador do Estado as reivindicações. Foram mostrados, Deputado Walter Prado, todos os problemas e as devidas soluções virão nesses quatro anos de Governo. Precisamos nos unir com esse Governo, no sentido de encontrarmos caminhos para a solução dos problemas do povo mais carente. Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputada **PERPÉTUA DE SÁ** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos no Salão do Povo e da Imprensa, gostaria de parabenizá-lo pelo encontro, ontem, com os Vereadores e dizer que não foi possível participar do mesmo, pois na sexta-feira viajei para Cruzeiro do Sul e nesse mesmo dia peguei um avião e fui a Marechal Thaumaturgo. Em seguida, por volta das 13h30 min, peguei um barquinho e fui à comunidade Vila Restauração, no rio Tejo. Foram oito horas de viagem. Gostaria de dizer que não foi uma excelente viagem, porque fui a trabalho.

Gostaria de parabenizar o Prefeito do Município de Marechal Thaumaturgo, o Secretário de Saúde, Aluizio Cristóvam e também ao Governo do Estado, pelo apoio dado àquela população. Nós levamos àquelas localidades um ginecologista, uma médica, dois dentistas enfermeiros formados e já administradas vacinas, feita coleta de material para exames preventivos, aferimento de pressão, teste de glicemia e borrifação em toda aquela região do rio Tejo. As margens dos diversos igarapés da Vila Restauração moram mais de duas mil pessoas. Esse atendimento chamado saúde na floresta já tinha sido realizado na Comunidade Triunfo e nesse último final de semana foi feito na Comunidade Restauração. Eu, particularmente, fiquei muito feliz em sentir a alegria daquele povo por estar sendo atendido pelos médicos, enfermeiros e dentistas.

Foram 712 atendimentos médicos, de sexta até domingo; 486 atendimentos odontológicos; 385 consultas de enfermagem 700; doses de vacinas, 74 coletas de PCC4, que é o exame preventivo; 500 aferimentos de pressão e 14 testes de glicemia. Fora isso as crianças tiveram uma tarde de lazer. Então, eu fiquei muito feliz, Senhor Presidente, de andar naquele igarapé, no Rio Tejo, na reserva extrativista do Alto Juruá e ver a alegria daquele povo. Faço um agradecimento ao ex-Governador Jorge Viana que, como Governador, construiu várias casas populares para pessoas da Reserva Extrativista. Hoje todos os moradores daquela localidade têm uma casa de madeira coberta com alumínio. Elas disputam entre SI, para ver

qual é a casa mais bonita, mais bem pintada. Então, ealmente, eu me emocionei de entrar no rio Tejo, de subir o rio Juruá e ver todos os moradores daquela região numa casa digna.

Agora, nos próximos dias, 225 créditos estarão sendo concedidos para quem ainda não tem residência. Então, gostaria de parabenizar o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal pelo trabalho realizado pela Secretária de Saúde daquele município que hoje conta com 4 médicos. Isso é uma vitória para aquele povo. A vila Restauração, a Vila Foz do Breu não irão mais ficar sem médico. Será feito um sistema de rodízio e toda a população das regiões mais distantes, também serão atendidas por médicos.

Eram essas minhas palavras, Senhor Presidente. Agradeço mais uma vez a Secretária de Saúde do Estado e ao Senador Tião Viana que ajudaram a Prefeitura.

(Sem revisão do Orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Vereador Marife que nos honra com a sua presença no Salão do Povo e demais pessoas, eu vos saúdo com a paz de nosso Senhor Jesus Cristo. Os assuntos abordados nesta tribuna são de grande relevância, principalmente, quando se trata do planejamento do Estado.

Ontem, tivemos a oportunidade de verificar aqui e eu tenho observado, desde que o Governador Binho assumiu o Governo do Estado, a sua preocupação permanente com o planejamento do Estado. Não sou da área, mas creio que não é possível fazer algo com perfeição, sem que haja planejamento.

Ontem, o Governador Binho transmitiu a todas as pessoas que estavam aqui, a sua determinação em administrar de forma planejada. Os dados que o Deputado Luiz Calixto apresentou são de grande importância para o desenvolvimento do Acre. E nesta manhã eu fico imensamente alegre, porque o Governador Binho, com a sua experiência e determinação em fazer tudo planejado, já apresenta aqui um Projeto de Lei, que visa contrair empréstimo para a construção de mil e oitocentas casas. Com certeza, esse empreendimento irá gerar mais de mil empregos diretos e indiretos no Estado. Portanto, a preocupação do Governador Binho é a inclusão social e a geração de postos de trabalho. Isso alegra o nosso coração. Porque as ações do Governo se voltam, exatamente, para privilegiar aqueles que mais precisam neste Estado. O Governador Binho, na sua simplicidade e humildade no gesto de falar, vai aos poucos mostrando, na prática, o que será o seu Governo.

Eu fico preocupado quando a Assembléia não percebe que para sanar as contas e realizar obras, o Governo tem que ter um planejamento.

Quero aproveitar a oportunidade, Deputado Edvaldo Magalhães, para dizer da sua visão de republicano, em trazer para a Assembléia os Vereadores do Estado. Já que são eles que farão a fiscalização das obras que serão realizadas.

O Governador Binho não apenas planeja, mas executa. Há o encaminhamento dessa Mensagem e, com certeza, ela terá o apoio de todos os Deputados. É um Projeto que será bom para o Estado como um todo. Eu vou usar a expressão que o Governador usou ontem: “o Governo, agora, aprumou a proa”. Ele não vai construir para as elites, porém, para os que mais precisam. Deputado Luiz Calixto, o Governador já está cumprindo essa grande missão de criar, postos de trabalho que, com certeza, vão gerar mais de mil empregos, diretos e indiretos, proporcionando assim, renda e bem estar aos menos favorecidos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, fui consultado por V. Exa. acerca da posição que nós adotaríamos na votação do Projeto de Lei que autoriza o Estado a contrair empréstimo no valor de 60 milhões de reais. E lhe adiantei que o meu posicionamento era favorável. Todavia, eu gostaria que o papel do Deputado nas Comissões fosse valorizado.

Eu recebi um Parecer pronto, já com um carimbo de aprovado, de uma Comissão que sequer se reuniu para definir o seu relator, para receber as emendas ou qualquer tipo de informação que seja necessária. Portanto, eu gostaria que a Mesa Diretora desautorizasse quem quer que fosse, de elaborar pareceres sem que a Comissão tenha se reunido. Queremos ajudar, mas não queremos que o processo seja atropelado. Isso vai na contra mão, Deputados e Deputadas, de tudo aquilo que nós discutimos ontem, ou seja, nós mesmo nos encarregamos de diminuir o nosso papel.

A Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou membro, tem que se reunir. E lá, o Presidente define o relator, elabora o parecer, mas

não se pode andar pelo plenário assinando um documento, que nós não avaliamos ainda. Então, solicitamos providências nesse sentido.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Deputado Luiz Calixto, com relação a Questão de Ordem levantada por V. Exa, essa Presidência já tinha, inclusive, decidido suspender a Sessão, no Grande Expediente, para que as Comissões pudessem analisar a Matéria Governamental, para que entrasse na Ordem do Dia de hoje. Portanto, está suspensa a Sessão para que os membros das Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Finanças, possam se reunir e exarar o Parecer à Matéria, que trata da autorização de empréstimo de sessenta milhões de reais, para construção de mil e oitocentas casas populares. (PAUSA)

Reaberta a presente Sessão, consideramos prejudicado o Grande Expediente.

## ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei n. 15/2007, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento para Projetos de Habitação de Interesse Social com a Caixa Econômica Federal – CEF e oferecer garantias”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Tendo o referido Projeto obtido dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo irá à Redação Final.

Está encerrada a Ordem do Dia.

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

## DIVERSOS

ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
GABINETE DA DEPUTADA NALUH GOUVEIA

### PROJETO DE LEI N° 12 /2007.

*EMENTA: “Institui o tombamento do Território Livre do Casarão, perpetuidade memorial a história do povo do Acre e dá outras providências”.*

#### O Governador do Estado do Acre:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprovou e o Governo sanciona o seguinte:

**Art. 1º** O poder Executivo, através do Departamento do Patrimônio Histórico promoverá a documentação de oficialização, de tombamento e preservação do referido Território Livre do Casarão.

**Art. 2º** O Território Livre do Casarão passa a ser patrimônio histórico da população acreana, de forma oficial e não poderá sofrer quaisquer mudanças ou alterações em suas edificações que não forem previstas em lei.

**Parágrafo Único** – O Departamento do Patrimônio Histórico realizará, em cerimônia oficial, o manifesto de louvor e descerramento em placa alusiva ao objeto de que trata este projeto.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar a data de sua publicação.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “Milton de Matos Rocha” Rio Branco, 24 de Abril de 2007.

*Naluh Gouveia*  
**Prof.ª NALUH GOUVEIA**

Deputada Estadual do Partido dos Trabalhadores-PT.

ESTADO DO ACRE  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
GABINETE DA DEPUTADA NALUH GOUVEIA

## JUSTIFICATIVA

É uma sociedade em miniatura. Lá se encontra gente de todos os partidos e correntes ideológicas (desde os militares da CUT até os defensores da UDR) para tomar uma cervejinha gelada, ouvir uma música ao vivo e secar a moda jacaré as pessoas diferentes que aparecem. É um balcão de perdidos e achados, onde as pessoas se cruzam para expulsar a energia acumulada na monotonia do cotidiano e buscar novas aventuras. Tem que dar certo, quando se vai com todo o pique para o Casarão. É a atração do momento para os inícios de noite, uma espécie de porta de entrada para o mundo em Rio Branco.

O Bar e Restaurante o Casarão funciona desde 1981, aberto inicialmente em sociedade por Pedro Vicente e Miguel Ortiz e adquirido meses depois pelo empresário Valter Halk. No início, quando estava nas mãos de Pedro Vicente e seu sócio Ortiz, ele funcionava só com serviço de bar, mas depois passou a funcionar como restaurante, introduzindo alguns ainda não conhecidos em Rio Branco. O Casarão foi a primeira casa noturna a oferecer música ao vivo na cidade, em novembro de 1981, quando o Valter contratou o músico Rubão, que tocava guitarra solo no Trio-elétrico Cidade, montando no mesmo ano por ele, o Mario Sérgio, o Johnson e o Silvio Margarido. Naquele tempo, o Casarão já começava a despertar a atenção a “intelectualidade” local, principalmente porque o Rubão era um dos poucos (senão o único) que tocava com maestria algumas músicas de Caetano Veloso, Toquinho, Gilberto Gil, Chico Buarque, Gonzaguinha e outros mitos da MPB que estavam em alta na época.

Com Rubão não deu certo, mas apareceram outros. Foi ora do mestre Elias com seu cavaquinho mágico, o Helio Melo e seu violino, o Luiz Ivan o conjuntinho de forró que motivou a dança na casa, o Rubens, da Escola Clave de Sol, o Ademar Galvão, tião Natureza e muitos outros que fizeram umas horazinhas extras para defender o da cerveja na casa. O público sempre se sentiu a vontade. Além do bom atendimento, no Casarão sempre aparecia muita novidade, que, em Rio Branco, continua sendo a arma do negócio. É claro que o casarão, como todos os bares e casas

noturnas da cidade tiveram seus altos e baixos. Mas nenhum dos bares que entraram em crise conseguiu dar a volta por cima como ele nos períodos de vacas magras. Aqui não e a propaganda, é o Casarão quem evita a crise. As pessoas esquecem que ela existe ao som de uma boa música e sob efeito de uma bebida qualquer para rebater a tensão. O Casarão não anda aos trancos e barrancos. Ele tem mantido uma trajetória mais ou menos conseqüente, e isso é muito significativo.

Nos últimos anos de funcionamento, O Casarão investiu ainda mais nos artistas locais. Depois de ter contratado os irmãos Beco e Léo, que contribuíram significativamente para aumentar ainda mais o seu público, O Casarão se tornou palco de inúmeras campanhas, exposições, propagandas diversas, reuniões de grupo de trabalho, e até de peças relâmpagos de teatro. Toda sexta-feira tinha teatro no bar, e o público se divertia a vontade com os quadros montados pelos artistas.

Para o empresário Valter Halk não tem sido difícil conviver com todas as tendências em seu estabelecimento comercial. “O Casarão é um território livre, não tem partido. Todo mundo pode se expressar a vontade, desde que não faça comércio”. O Valter diz que o bom atendimento ao público e a preocupação com as inovações são os ingredientes indispensáveis para o sucesso do Casarão na época de funcionamento deste glorioso estabelecimento.

O Abrahim Farhat Neto, o Lhe, é era um dos poucos fregueses assíduos especializado em fazer raiva aos garçons. Ele é capaz de poupar uma mesa, fazer a despesa de umas duas águas mineral e ainda pedir cortesia de três cafezinhos. Mas os garçons servem numa boa. Afinal, estamos no Casarão.

O Lhe foi um dos primeiros a puxar uma dama para dançar no recinto, fazendo do bar também um clube dançante. Ele dizia que o Casarão é uma espécie de força mágica que nostalgia as pessoas. “O Casarão é o marri dos brancos”. Lá as pessoas esquecem de todos os problemas e a alegria se contagia. O interessante que no Casarão vai de todas as espécies de gente, desde meretrizes até fazendeiros, e todo mundo se encara numa boa. O Casarão é um pouco do Valter e outro pouco do público que o freqüentava. A gente tem conseguido até ocupar melhor o seu espaço, impor algumas coisas, e isso é importante.

Sala das Sessões “Milton de Matos Rocha” Rio Branco 02 de Maio de 2007.

*Naluh Gouveia*  
**Prof.ª NALUH GOUVEIA**

Deputada Estadual do Partido dos Trabalhadores – PT

Estado do Acre

MENSAGEM N° 95/2007

Que encaminha o Projeto de Lei que” Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União – Tribunal de Contas da União – TCU”.

Rio Branco, 30 de abril, de 2007

ESTADO DO ACRE

MENSAGEM N° 95 DE 30 DE Abril DE 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Submeto à apreciação de Vossas Excelências a minuta de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar à União – Tribunal de Conta da União-TCU, imóvel de sua propriedade, qual seja, uma área de terra de 4.845,00 m<sup>2</sup> (quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados), localizada no “Centro Administrativo” desta Capital, a fim de possibilitar a construção da sede própria daquele órgão neste Estado.

O Tribunal de Contas da União, por disposição constitucional é órgão de controle externo, inserindo neste contexto a apreciação, julgamento e fiscalização das contas públicas, auxiliando o Poder Legislativo na fiscalização contábil, financeira e orçamentária das contas públicas.

Nesse contexto a instalação de uma unidade da Secretaria de Controle Externo mostra-se de grande importância para o perfeito controle do orçamento público, possibilitando também ao Estado do Acre um melhor acompanhamento dos procedimentos administrativo que tramitam naquele Egrégio Tribunal.

O referido ato legislativo se faz necessário em atendimento ao disposto na Constituição Estadual, a qual determina que atos administrativos dessa natureza sejam precedidos de lei autorizativa, *in verbis*:

“ART. 9º INCLUEM-SE ENTRE BENS DO ESTADO:

...

§ Os 1º bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado não poderão ser doados, cedidos, aforados ou alienados, senão em virtude de lei específica”


Insta salientar que o Tribunal de Contas da União, implementando a política de presença em todas as Unidades da Federação, implantou no Estado do Acre, no ano de 1995, uma Secretaria de Controle Externo que funciona como braço operacional do TCU.

Desde então, a referida Unidade técnico-executiva do TCU vem funcionando em imóveis alugados, situação essa que não se revela ideal.

São estas, portanto, as razões que justificam a presente proposta de edição de Lei que visa doar à União – TCU, uma área de terra urbana de 4.845,00 m<sup>2</sup> (quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados), a fim de possibilitar a construção da sede própria da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União neste Estado.

Enunciados, dessa forma, os motivos determinantes de minha iniciativa, que se reveste de inegável interesse público, submeto o assunto ao exame dessa Augusta Casa de Leis, solicitando que a sua tramitação se faça em regime de urgência, urgentíssima.

Atenciosamente,

  
Arnóbio Marques de Almeida Júnior  
Governador do Estado do Acre

PROJETO DE LEI N° DE DE DE 2007

“Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a União - Tribunal de Contas da União – TCU.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a doação de uma área no município de Rio Branco, de propriedade do Estado do Acre, localizada no Centro Administrativo, medindo 4.845,00 m<sup>2</sup>, para a UNIÃO – Tribunal de Contas da União, conforme memorial descritivo abaixo:

LIMITES E CONFRONTANTES

AO NORTE	Avenida 02
AO LESTE	Ministério Público Estadual
AO SUL	Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Loteamento Portal da Amazônia
AO OESTE	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice MP-36, de coordenadas N 8.897.303,010 m. e E 625.575,790 m., situado no vértice que define limite com a Avenida 02 e o Ministério Público Estadual, deste, segue confrontando com o Ministério Público Estadual com azimute de 156°34'39" e distância de 74,56 m., até o vértice MP-35, de coordenadas N 8.897.234,590 m. e E 625.605,430 m.; situado no vértice que define limite com o Ministério Público Estadual e a Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda, deste, segue confrontando com a Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda, com azimute de 235°44'32" e distância de 47,31 m., até o vértice M-3, de coordenadas N 8.897.207,960 m. e E 625.566,330 m.; situado no vértice que define limite com a Ipê Empreendimentos Imobiliários Ltda e o Loteamento Portal da Amazônia, deste, segue confrontando com Loteamento Portal da Amazônia, com azimute de 287°06'14" e distância de 34,44 m., até o vértice PP-2, de coordenadas N 8.897.218,090 m. e E 625.533,410 m.; situado no vértice que define limite com o Loteamento Portal da Amazônia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-AC, deste, segue confrontando com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-AC, com azimute de 357°37'06" e distância de 67,86 m., até o vértice PP-1, de coordenadas N 8.897.285,890 m. e E 625.530,590 m.; situado no vértice que define limite com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-AC e a Avenida 02, deste, segue confrontando com a Avenida 02, com raio de 126,39 e desenvolvimento de 30,58 m., deste segue confrontando com o seguinte azimute e distância: até o vértice MP-40, de coordenadas N 8.897.295,740 m. e E 625.559,460 m.; deste, segue com azimute de 66°00'06" e distância de 17,88 m., confrontando com, até o vértice MP-36, de coordenadas N 8.897.303,010 m. e E 625.575,790 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. A área que trata este artigo será desmembrada do imóvel com matriculada sob o nº 10.991, SF da 1ª Serventia de Imóveis da Comarca de Rio Branco, Acre.

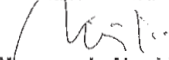
Art. 2º A área de terras mencionada no art. 1º é destinada, exclusivamente, à construção do edifício sede da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Acre.

Art. 3º A União deverá finalizar a obra mencionada no art. 2º dentro de quatro anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Caso a obra não seja concluída no prazo estipulado no *caput* deste artigo, ou for dado outra finalidade à doação estabelecida nesta Lei, o imóvel será revertido ao patrimônio do Estado do Acre, sem direito a indenização pelas benfeitorias realizadas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, de de 2007, 119º da República, 105º do Tratado de Petrópolis e 46º do Estado do Acre.

  
Arnóbio Marques de Almeida Júnior  
Governador do Estado do Acre

Estado do Acre

MENSAGEM N° 96/2007

Que encaminha o Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre”.

Rio Branco, 30 de abril, de 2007

MENSAGEM N° 96 DE 30 DE Abril DE 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Submeto à apreciação de Vossas Excelências a minuta de Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre, imóvel de sua propriedade, qual seja, uma área de terra de 2.829,88 m<sup>2</sup>, (dois mil, oitocentos e vinte e nove metros e oitenta e oito centímetros quadrados), localizada no "Centro Administrativo" desta Capital, a fim de que a instituição em apreço possa edificar sua sede própria.

A Ordem dos Advogados do Brasil tem um histórico ilibado na defesa da democracia e das garantias e liberdades individuais, bem como da própria Constituição, configurando-se como entidade indispensável à permanência dos direitos civis na atual conjuntura.

As atribuições da referida autarquia encontram-se disciplinadas na Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que textualmente disciplina, *ipsis litteris*:

"Art. 44. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade:

I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;

II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil".

Vale mencionar que a OAB/AC congrega em seus quadros alguns dos mais brilhantes profissionais do Direito que elevam o nome do Acre no cenário nacional e sempre estiveram presente na defesa do Estado Democrático de Direito no território acreano.

Merece destaque o fato que todas as esferas do poder Judiciário e Ministério Público estão em processo de migração de suas instalações para o Centro Administrativo - tendo inclusive alguns órgãos já instalados -, e em decorrência da necessidade da OAB/AC ter sua sede nas imediações desses órgãos jurisdicionais para melhor prestar os seus serviços.

O referido ato legislativo se faz necessário em atendimento ao disposto na Constituição Estadual, a qual determina que atos administrativos dessa natureza sejam precedidos de lei autorizativa, *in verbis*:


"ART. 9º INCLUEM-SE ENTRE BENS DO ESTADO:

§ Os 1º bens móveis e imóveis pertencentes ao Estado não poderão ser doados, cedidos, aforados ou alienados, senão em virtude de lei específica"

São estas, portanto, as razões que justificam a presente proposta de edição de Lei que visa doar à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre (OAB/AC) uma área de terra urbana de 2.829,88 m<sup>2</sup> (dois mil, oitocentos e vinte e nove metros e oitenta e oito centímetros quadrados), para que a referida instituição possa edificar uma sede própria.

Por fim, resta-me aguardar que, mercê do entendimento e da manifestação favorável de Vossas Excelências, na apreciação da matéria em pauta, votem-na, em caráter de urgência, urgentíssima, baseados nos pressupostos de relevância e conveniência da Administração, numa contribuição ímpar à causa pública.

Atenciosamente,

  
Arnóbio Marques de Almeida Júnior  
Governador do Estado do Acre

PROJETO DE LEI N° DE DE DE 2007

"Autoriza o Poder Executivo a realizar doação de área de terra urbana para a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a doação de uma área no município de Rio Branco, de propriedade do Estado do Acre, localizada no Centro Administrativo, medindo 2.829,88 m<sup>2</sup>, para a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre, conforme memorial descritivo abaixo:

LIMITES E CONFRONTANTES

AO NORTE	Avenida 02
AO LESTE	Tribunal de Contas da União
AO SUL	Loteamento Portal da Amazônia
AO OESTE	Área Verde

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PP-1, de coordenadas N 8.897.285,890 m. e E 625.530,590 m., situado no vértice que define limite com a Avenida 02 e Tribunal de Contas da União, deste, segue confrontando com o Tribunal de Contas da União, com azimute de 177°37'16" e distância de 67,94 m., até o vértice PP-2, de coordenadas N 8.897.218,010 m. e E 625.533,410 m.; situado no vértice que define limite com o Tribunal de Contas da União e o Loteamento Portal da Amazônia, deste, segue confrontando com o Loteamento Portal da Amazônia, com azimute de 286°58'45" e distância de 60,00 m., até o vértice MP-38, de coordenadas N 8.897.235,530 m. e E 625.476,030 m.; situado no vértice que define limite com o Loteamento Portal da Amazônia e a Área Verde II, deste, segue confrontando com a Área Verde II, com azimute de 16°58'37" e distância de 50,58 m., até o vértice MP-39, de coordenadas N 8.897.283,910 m. e E 625.490,800 m.; situado no vértice que define limite com a Área Verde II e a Avenida 02, deste, segue confrontando com a Avenida 02, com o raio de 126,39 e desenvolvimento de 40,00 m., até o vértice PP-1, de coordenadas N 8.897.285,890 m. e E 625.530,590 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. A área que trata este artigo será desmembrada do imóvel com matriculada sob o nº 10.991, SF da 1ª Serventia de Imóveis da Comarca de Rio Branco, Acre.

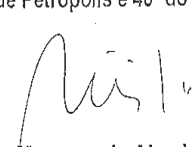
Art. 2º A área de terras mencionada no art. 1º é destinada, exclusivamente, à construção do edifício sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Acre.

Art. 3º A OAB/AC deverá finalizar a obra mencionada no art. 2º dentro de quatro anos, a contar da data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Caso a obra não seja concluída no prazo estipulado no *caput* deste artigo, ou for dado outra finalidade à doação estabelecida nesta Lei, o imóvel será revertido ao patrimônio do Estado do Acre, sem direito a indenização pelas benfeitorias realizadas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, de de 2007, 119º da República, 105º do Tratado de Petrópolis e 46º do Estado do Acre.

  
Arnóbio Marques de Almeida Júnior  
Governador do Estado do Acre

Estado do Acre

MENSAGEM N° 97/2007

Que encaminha o Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento para Projetos de Habitação de Interesse Social com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF e oferecer garantias".

Rio Branco, 30 de abril, de 2007

MENSAGEM Nº 97 DE 30 DE Abril DE 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Encaminho a Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) e a oferecer garantias.", acompanhado de Exposição de Motivos assinada pelos Secretários de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, Engenheiro Gilberto do Carmo Lopes Siqueira e de Estado de Obras Públicas e Habitação, Arquiteto Eduardo Nunes Vieira.

Os recursos financeiros deste empréstimo serão utilizados para construir aproximadamente 1.800 casas populares no Programa PRÓ-MORADIA que serão comercializadas com famílias de renda de até 3 salários mínimos.

Os recursos provenientes do pagamento dos mutuários contempladas com as casas deste programa serão depositados na conta do Fundo Estadual de Habitação.

Ressalto que a Caixa Econômica Federal já aprovou a nossa Carta Consulta no valor de 60,00 milhões para implantação do Programa PRÓ-MORADIA.

Por fim, resta-me aguardar que, mercê do entendimento e da manifestação favorável de Vossas Excelências, na apreciação da matéria em pauta, votem-na, em caráter de urgência, urgentíssima, baseados nos pressupostos de relevância e conveniência da Administração, numa contribuição ímpar à causa social.

Atenciosamente,

Arnóbio Marques de Almeida Júnior  
Governador do Estado do Acre

PROJETO DE LEI Nº DE DE DE 2007

"Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento para Projetos de Habitação de Interesse Social com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF e oferecer garantias".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE,

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, até o valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF e as condições específicas.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de empreendimentos integrantes do Programa PRÓ-MORADIA.

Art. 2º Para a garantia do principal, encargos e acessórios dos financiamentos ou operações de crédito pelo Estado do Acre para execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no art. 1º e seu parágrafo único, desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder e ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretroatável, a modo pró-solvendo, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Estados e/ou do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e do produto da arrecadação de outros impostos.

§ 1º O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos no inciso I e II do art. 159 da Constituição Federal – quando a garantia disposta no caput deste artigo forem quotas do Fundo de Participação dos Estados e Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à Caixa Econômica Federal – CEF os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

§ 2º Para a efetivação da cessão e ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos e/ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal – CEF, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 3º Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal – CEF, na hipótese de o Estado do Acre não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrados com a Caixa Econômica Federal – CEF.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Estado do Acre, durante o prazo que vier a ser estabelecido para empréstimo, financiamento ou operação de crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Estado do Acre no Projeto financiado pela Caixa Econômica Federal – CEF., resultantes do cumprimento desta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, de de 2007, 119º da República, 105º do Tratado de Petrópolis e 46º do Estado do Acre.

Arnóbio Marques de Almeida Júnior  
Governador do Estado do Acre

ESTADO DO ACRE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES

Ata da 24ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 25 de abril de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Juarez Leitão**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre; secretariada pelo Deputado **Juarez Leitão**, Secretário; presentes os Deputados **Chico Viga**, **Mazinho Serafim**, **Naluh Gouveia**, **Perpétua de Sá** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antônia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Elson Santiago** e **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Nogueira Lima**, do Democratas – DEM; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Zé Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; ausentes os Deputados **Francisco Cartaxo**, **Helder Paiva** e **José Luís**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de Projeto de Lei n. 10/2007, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, o qual "Concede Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor João de Almeida Lima e dá outras providências"; Indicação n. 25/2007, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Gilberto Diniz**, solicitando que seja endereçado expediente ao Senhor **Tácio de Brito**, Coordenador do "Programa Luz Para Todos", solicitando maior empenho no sentido de viabilizar a extensão da rede elétrica que ora encontra-se a 8km das comunidades Bom Jesus, Porto Alegre e Ramal do Abelhal – na Gleba **Mário Lobão**; Indicação n. 26/2007, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre – Professor **Arnóbio Marques de Almeida Junior** a fim de que seja viabilizado junto ao Deracre, o seguinte item: a) Efetivar limpeza das laterais direita e esquerda da estrada que dá acesso ao Município de **Plácido de Castro**; Indicação n. 27/2007, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, solicitando que seja encaminhada a presente Indicação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre – Professor **Arnóbio Marques de Almeida Junior** a fim de que seja viabilizado junto ao Deracre, os seguintes itens: a) Limpeza das laterais direita e esquerda da estrada de **Sena Madureira**. b) Garantir o acesso ao Clube do Sinteac de **Sena Madureira**. Aberto o Pequeno Expediente, usou da palavra a Deputada **Idalina Onofre**, Líder do PPS. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, sugeriu à Deputada **Idalina Onofre**, que faça um acordo com o Deputado **Moisés Diniz**, Presidente da Comissão de Agricultura, para que possam convidar o **Paulinho**, do IDAF e o Diretor-Presidente do Instituto de Defesa Animal e Vegetal, a virem a esta Casa, discutir sobre a questão da **Lagarta Mandaroá**. Dando Continuidade usaram da palavra os Deputados

Luiz Calixto, Líder do PDT; Taumaturgo Lima, Líder do PT; Walter Prado, do PSB e Antonia Sales, do PMDB. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, suspendeu a Sessão, para que a Mesa pudesse apresentar aos Senhores Deputados e Deputadas o planejamento da Casa e a equipe que vai dirigir os trabalhos administrativos da Assembléia nestes próximos dois anos. (PAUSA) Reabertos os trabalhos, em virtude do horário regimental encontrar-se esgotado, o Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, encerrou a presente Sessão Ordinária às treze horas e vinte e um minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Malheiro*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

*Malheiro*  
Presidente

*Malheiro*  
1º Secretário

*Malheiro*  
2º Secretário

**ESTADO DO ACRE**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADES**

Ata da 25ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 26 de abril de 2007.

Presidência: Deputado **Juarez Leitão**

Secretaria: Deputado **Chico Viga**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Juarez Leitão**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício; secretariada pelo Deputado **Chico Viga**, Secretário, em exercício; presente os Deputados **Mazinho Serafim** e **Naluh Gouveia**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz** e **Helder Paiva**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Antônia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Elson Santiago** e **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Nogueira Lima**, do Democratas – DEM; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; ausentes os Deputados **Francisco Cartaxo**, **Perpétua de Sá**, **Taumaturgo Lima**, **Edvaldo Magalhães**, **José Luís**, **Luiz Calixto**, **Zé Carlos**, **Gilberto Diniz**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de **OF/N. 462/GAB**, da Secretária de Estado da Gestão Administrativa, Senhora Flora Valadares Coelho, solicitando informações, decorrente de vínculo empregatício, sobre os nomes constantes dos editais n. 79/2007 – SGA – Técnico em Gestão Pública e 80/2007 – Gestor de Políticas Públicas, em anexo; **TCE-ACRE/SS/OF/N. 312/2007**, do Presidente do TCE/ACRE, Conselheiro José Eugenio de Leão Braga, encaminhando cópia do processo n. 18.454.2006-75 – TCE/AC, concernente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 2º trimestre de 2004, de responsabilidade do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro – Presidente à época; **TCE-ACRE/SS/OF/N. 301/2007**, do Presidente do TCE/ACRE, em exercício, Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, encaminhando cópia do apurado (Decisão/Relatório e Voto do Conselheiro relator), exarado no Processo n. 13.859.2001-00 – TCE/AC, Prestação de Contas da Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A – ACREDATA, exercício de 2000, de responsabilidade do Senhor José de Anchieta Batista, Diretor-Presidente à época; **TCE-ACRE/SS/OF/N. 311/2007**, do Presidente do TCE/ACRE, Conselheiro José Eugenio de Leão Braga, encaminhando cópia o Processo n. 18.455.2006-86 – TCE/AC, concernente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 3º trimestre de 2004, de responsabilidade do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro – Presidente à época; **TCE-ACRE/SS/OF/N. 307/2007**, do Presidente do TCE/ACRE, Conselheiro José Eugenio de Leão Braga, encaminhando cópia o Processo n. 18.457.2006-98 – TCE/AC, concernente ao Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Acre, relativo ao 2º trimestre de 2003, de responsabilidade do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro – Presidente à época; **Memorando** do Deputado **Donald Fernandes**, comunicando que estaria ausente das Sessões nos dias 02 e 03 de maio do corrente; **OF.GAB/N. 004/07**, do Deputado **Mazinho Serafim**, comunicando que estaria ausente dos trabalhos da Casa no período de 09 a 13 de maio do ano em curso; **Indicação n. 28/2007**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Antonia Sales**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que junto à Secretaria de Estado de Saúde, providencie a implantação de um hospital materno infantil no Município de Cruzeiro do Sul e **Projeto de Lei n. 11/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Antonia Sales**, o qual “Dispõe sobre milhagem oferecidas pelas Companhias de Transportes Aéreos, quando as passagens forem

adquiridas com recursos públicos”. Aberto o **Pequeno Expediente**, o Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, pausou a Presidências dos trabalhos ao Deputado **Helder Paiva**. A seguir usaram da palavra os Deputados **Donald Fernandes**, Líder do PSDB; **Mazinho Serafim**, do PT; **Moisés Diniz**, Líder BPR e **Antonia Sales**, do PMDB. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, suspendeu o Grande Expediente para que pudessem receber o representante dos estudantes e convidou os Senhores Deputados a permanecerem no Plenário. Dando continuidade o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, passou a Presidência dos trabalhos ao Deputado **Juarez Leitão** e suspendeu a Sessão. (PAUSA) Reaberto os trabalhos, foi aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 07/2007**, de autoria do Poder Executivo que “Altera dispositivo da Lei n. 1.513, de 11 de novembro de 2003”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 votos. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, comunicou ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida matéria iria a Sanção Governamental. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei n. 8/2007**, de autoria da Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 votos. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, comunicou ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, a referida matéria iria a Sanção Governamental. O Senhor Secretário procedeu a leitura do **Requerimento n. 34/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **Delorgem Campos**, solicitando que seja encaminhado expediente ao Presidente da Comissão de Legislação Agrária e fomento, Agropecuária Indústria e Comércio, Ciências e Tecnologia e Meio Ambiente, no sentido de receber na Sessão Ordinária do dia 02 de maio do ano corrente, uma comissão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia, juntamente com o Prefeito do Município e Vereadores. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 votos. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, informou que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu a leitura do **Requerimento n. 35/2007**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, solicitando que seja agendada uma Sessão Solene em homenagem à novelista acreana **Glória Peres**, pela autoria da Minissérie Amazônia de Galvez a **Chico Mendes** e ao ex-Governador **Jorge Viana**, pela viabilização do empreendimento. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 12 votos. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, informou que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu a leitura do **Requerimento n. 37/2007**, de autoria do Deputado **Gilberto Diniz**, solicitando o agendamento de uma audiência pública no Município de Sena Madureira no dia 02/05/2007, para que a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, juntamente com o Coordenador do “Programa Luz Para Todos”, o Senhor **Tácio de Brito**, recebam no mencionado Município, as Associações de Produtores Rurais, Cooperativas de Produtores Rurais e Sindicatos Rural e Ribeirinhos, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a universalização do acesso e uso da Energia Elétrica. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 14 votos. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, informou que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu a leitura do **Requerimento n. 38/2007**, de autoria do Deputado **Zé Carlos**, solicitando seu afastamento dos trabalhos legislativos no período de 26/04/2007 a 10/05/2007 (15 dias), por motivo de saúde, conforme atestado médico. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, informou que a Mesa deferiu o Requerimento. O Senhor Secretário procedeu a leitura do **Requerimento n. 36/2007**, de autoria do Deputado **Nogueira Lima**, acompanhado de justificativa, com apoio de 16 (dezesseis) Parlamentares solicitando que seja encaminhado expediente ao Ministério Público do Estado do Acre, no sentido de averiguar a legalidade da instalação de radares móveis na Via Chico Mendes, nesta Capital, bem como determinar a suspensão do funcionamento dos referidos radares. O Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, informou que a Mesa deferiu o Requerimento. E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, **Juarez Leitão**, encerrou a presente Sessão Ordinária às doze horas e quatorze minutos, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Malheiro*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

*Malheiro*  
Presidente

*Malheiro*  
1º Secretário

*Malheiro*  
2º Secretário



**COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO****Presidente:** Francisco Cartaxo PT  
**Vice-Presidente:** Moisés Diniz BPR**Titulares:**  
**Deputados:** Taumaturgo Lima PT  
Delorgem Campos PSB  
Luiz Calixto PDT**Suplentes:**  
**Deputados:** Francisco Viga PT  
Naluh Gouveia PT  
Helder Paiva BPR  
Walter Prado PSB  
Chagas Romão PMDB

Reuniões: Terça-feira 9h

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS****Presidente:** Deputado Delorgem Campos PSB  
**Vice-Presidente:** Deputado Francisco Viga PT**Titulares:**  
**Deputados:** Taumaturgo Lima PT  
Helder Paiva BPR  
Chagas Romão PMDB**Suplentes:**  
**Deputados:** Francisco Cartaxo PT  
Perpétua de Sá PT  
Moisés Diniz BPR  
Walter Prado PSB  
Luiz Calixto PDT

Reuniões: Terça-feira 9h

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO,  
SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO****Presidente:** Deputado Nogueira Lima PFL  
**Vice-Presidente:** Deputado Taumaturgo Lima PT**Titulares:**  
**Deputados:** Perpétua de Sá PT  
Moisés Diniz BPR  
Donald Fernandes PSDB**Suplentes:**  
**Deputados:** Francisco Viga PT  
Naluh Gouveia PT  
Helder Paiva BPR  
Antônia Sales PMDB  
Luiz Gonzaga PSDB

Reuniões: Quarta-feira 9h

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE  
E COMUNICAÇÃO****Presidente:** Deputado Gilberto Diniz PT do B  
**Vice-Presidente:** Deputado José Carlos PTN**Titulares:**  
**Deputados:** Francisco Cartaxo PT  
Mazinho Serafim PT  
José Luís PMN**Suplentes:**  
**Deputados:** Taumaturgo Lima PT  
Francisco Viga PT  
Nogueira Lima PFL  
Delorgem Campos PSB  
Moisés Diniz BPR

Reuniões: Quarta-feira 9h

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE****Presidente:** Deputado Moisés Diniz BPR  
**Vice-Presidente:** Deputado Mazinho Serafim PT**Titulares:**  
**Deputados:** Maria Antônia PP  
Idalina Onofre PPS  
Luiz Gonzaga PSDB**Suplentes:**  
**Deputados:** Taumaturgo Lima PT  
Helder Paiva BPR  
Antônia Sales PMDB  
José Carlos PTN  
Donald Fernandes PSDB

Reuniões: Quarta-feira 9h

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO****Presidente:** Deputada Naluh Gouveia PT  
**Vice-Presidente:** Deputada Idalina Onofre PPS**Titulares:**  
**Deputados:** Moisés Diniz BPR  
Maria Antônia PP**Suplentes:** Donald Fernandes PSDB  
**Deputados:**Perpétua de Sá PT  
Helder Paiva BPR  
Nogueira Lima PFL  
Gilberto Diniz PT do B  
Luiz Gonzaga PSDB

Reuniões: Terça-feira 9h

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Presidente:** Deputada Naluh Gouveia PT  
**Vice-Presidente:** Deputada Antônia Sales PMDB**Titulares:**  
**Deputados:** Moisés Diniz BPR  
Maria Antônia PP  
Luiz Gonzaga PSDB**Suplentes:**  
**Deputados:** Perpétua de Sá PT  
Helder Paiva BPR  
Walter Prado PSB  
Luiz Calixto PDT  
Donald Fernandes PSDB

Reuniões: Quarta-feira 9h

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA****Presidente:** Deputado Helder Paiva BPR  
**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua de Sá PT**Titulares:**  
**Deputados:** Idalina Onofre PPS  
José Carlos PTN  
Nogueira Lima PFL**Suplentes:**  
**Deputados:** Francisco Cartaxo PT  
Chagas Romão PMDB  
Moisés Diniz BPR  
José Luís PMN  
Luiz Calixto PDT**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR****Presidente:** Deputado Walter Prado PSB  
**Vice-Presidente:** Deputado Gilberto Diniz PT do B**Titulares:**  
**Deputados:** Francisco Viga PT  
Nogueira Lima PFL  
Maria Antônia PP**Suplentes:**  
**Deputados:** Mazinho Serafim PT  
Delorgem Campos PSB  
Moisés Diniz BPR  
Taumaturgo Lima PT  
Francisco Cartaxo PT**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL****Presidente:** Deputado José Luís PMN  
**Vice-Presidente:** Deputado Chagas Romão PMDB**Titulares:**  
**Deputados:** Francisco Cartaxo PT  
Helder Paiva BPR  
Delorgem Campos PSB**Suplentes:**  
**Deputados:** Naluh Gouveia PT  
Moisés Diniz BPR  
Walter Prado PSB  
Idalina Onofre PPS  
Gilberto Diniz PT do B**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO  
DO ESTADO DO ACRE**

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidade e

Comunicação Social

**Diretor Responsável:****João Roberto Braña Bezerra**

Inscrição 13198

**Coordenadora de Redação e Revisão  
de Atas:**

Juscelfina Barbosa Pinheiro

**Apoio:**Coordenadoria de Comunicação Social  
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.